



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

CONTRATO DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO - LPI, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU E A EMPRESA G.M. MALACARNE & CIA LTDA.

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, inscrita no CNPJ sob nº 40.245.920/0001-94, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - 2º andar - ala "D" - Centro Cívico, nesta Capital, representada por sua Titular MARIA TEREZA UILLE GOMES, CPF nº 535.731.619-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa G.M. MALACARNE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.800.104/0001-31 com sede na Linha Moreno, Zona Rural S/Nº, Serranópolis do Iguaçu - Pr, fone: (45) 3236-1032, e-mail lactomil@hotmail.com, CEP 85.885-000, neste ato representada por GILVAN MARCOS MALACARNE, RG nº 6.959.239-2 -SSPR e CPF nº 026.619.159-23 doravante denominada **CONTRATADA**, RESOLVEM, celebrar o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO PARA A AÇÃO "LEITE DO PARANÁ" -LP (DECRETO 4675/2012)**, conforme o protocolado Nº 13.029.957-1/SEJU e com o contido no Edital de Credenciamento Nº 001/2014-SEAB, que se regerá pela Lei Estadual Nº 15.608/2007, pela Lei Federal Nº 8.666/1993, demais normas atinentes á espécie, cláusulas e condições a seguir enunciadas:

São partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos constantes obrigatoriamente do Edital de Credenciamento Nº001/2014 - SEAB :

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO
ANEXO III	Requisitos para o controle de qualidade do LPI e do Leite Cru Refrigerado LCR.
ANEXO IV	Declaração mensal de pagamento aos produtores rurais.
ANEXO VI	Declaração de controle de qualidade do LPI e LCR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CARACTERÍSTICAS

1 O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento e a distribuição de leite pasteurizado integral e com as características conforme os Requisitos e Limites de qualidade definidos na tabela a seguir:

ITEM	REQUISITOS	LIMITES
1	Transporte	ATÉ 5,0°C
2	Fosfatase Alcalina	Negativa
3	Peroxidase	Positiva
4	Gordura (g/100g)	3,0 (mínimo)
5	Sólidos Não Gordurosos (g/100g)	8,4 (mínimo)
6	Acidez (g de Ácido Láctico/100mL)	0,14 a 0,18
7	Índice Crioscópico	-0,530°H a -0,550°H
8	Coliformes a 30/35°C - (NMP/mL)	Menor que 0,3
9	Coliformes a 45°C - (NMP/mL)	Máximo 4,0
10	Salmonella spp/25 MI	Ausência

S



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

ITEM	REQUISITOS	LIMITES
11	Resíduos (químicos e contaminantes)	Ausência*

(*). Entenda-se "Ausência" quando a análise qualitativa ou de conformidade com o LMR. Quando da análise quantitativa realizada pelo LACEN/SESA, segue-se os limites de qualidade na seguinte ordem: Lei Federal, MERCOSUL, Codex Alimentarius.

1.1 O LPI deverá ser embalado em sacos plásticos, rotulados conforme legislação vigente, contendo 1.000 ml e pesando entre 1.028 a 1.034 gramas cada, transportado na temperatura preestabelecida no item 01 da tabela acima, em veículo apropriado contendo a logomarca da **CONTRATADA**, em ambiente higiênico e isotérmico, dotado de unidade frigorífica, sendo os sacos plásticos acondicionados em caixas plásticas, cada qual com no máximo 10 unidades;

1.1.1 Eventualmente, a embalagem e o veículo que transporta o leite poderá ser utilizado para comunicação educacional e institucional de campanhas ou informações de utilidade pública, conforme orientações da CTPLC.

1.2 A **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, adicionar, durante o processo que precede a pasteurização, o aditivo composto de ferro aminoácido quelato, de vitamina "A" e de vitamina "D", a ser utilizado conforme as recomendações do fabricante do aditivo, atendendo às proporções conforme as previstas no (ANEXO III);

1.3 O aditivo composto vitamínico-mineral, referido no subitem anterior, será repassado pela **SEAB** e deverá ser retirado pela **CONTRATADA** na sede dos Núcleos Regionais da **SEAB** a que pertence.

1.4 A **CONTRATADA** deverá substituir imediatamente e sem ônus, embalagens de leite danificadas, transportadas em temperatura fora de padrão ou que, por qualquer motivo, venham a comprometer o volume ou a qualidade do produto fornecido.

1.5 Deverão ser atendidos os critérios, requisitos e limites relacionados à qualidade do LPI dispostos no ANEXO III, do presente Edital, os quais deverão ser observados pela **CONTRATADA** durante toda a vigência do contrato.

1.6 Visando o monitoramento dos processos de usinagem e distribuição do LPI, será solicitado dos Serviços de Inspeção, comprovação do uso do controle de rastreabilidade, a saber: a) Padrões de Higiene Operacional – PPHO; b) Boas Práticas de Fabricação – BPF; c) Programa de Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, tanto nos processos industriais quanto naqueles utilizados no transporte e distribuição do LPI.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PADRÃO DE QUALIDADE DO LEITE

2. Compete à **CONTRATADA** observar as exigências acerca do controle de qualidade do LPI e do LCR constantes nas determinações explicitadas no ANEXO III.

2.1 A **CONTRATADA** deverá seguir os critérios e procedimentos relacionados à inspeção e análise do LPI e LCR, consoante o contido nos ANEXOS III e VI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO

A **CONTRATADA** procederá ao fornecimento e a entrega do LPI nos seguintes locais:

Unidade Penal	Município	Endereço	Fone (45)
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF	Foz do Iguaçu	Avenida Mercúrio, 580	3576-1800
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II – PEFII		Avenida Mercúrio, 850	3520-1400
Centro de Reintegração Feminina - CRESF		Rua Netuno, 182	3526-2552
Cadeia Pública Laudemir Neves - CPLN			

8



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

CLÁUSULA QUARTA – DA QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DO LEITE

4 O volume de LPI a ser fornecido é de **900 litros/mês**, totalizando **10.800 litros/ANO**, conforme discriminado abaixo:

Unidade Penal	Endereço	Litros/MÊS	Litros/ANO
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF	Avenida Mercúrio,580	200	2.400
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II – PEFI	Avenida Mercúrio, 850	300	3.600
Centro de Reintegração Feminina - CRESF	Rua Netuno, 182	200	2.400
Cadela Pública Laudemir Neves - CPLN	Rua Netuno, 182	200	2.400
TOTAL LITROS		900	10.800

4.1 O volume de leite somente poderá ser diminuído, no propósito de reduzir as sobras.

4.1.1 Não será admitido o aumento de demanda durante o mês de referência.

4.2 A **CONTRATADA** executará a entrega do LPI no mínimo uma vez por semana, conforme definido com a **CTRPLC**, ouvido o diretor da unidade penal beneficiada.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5. O valor do litro do leite é determinado mensalmente pelas Resoluções do **CONSELEITE/PR** e o **valor referencial** para este contrato é de **R\$1,70** (hum real e setenta centavos) por litro, sendo estimado para 01(um) mês **R\$ 1.530,00** (um mil, quinhentos e trinta reais) e **R\$ 18.360,00** (dezoito mil, trezentos e sessenta reais) para 12 meses;

5.1 Os valores decorrentes deste **CONTRATO** correrão por conta da Dotação Orçamentária 4903.14421034.183 Gestão do Sistema Penitenciário, Natureza da Despesa 3390.3007, Gêneros de Alimentação, Fonte 100, com valor estimado de até **R\$ 6.120,00** (seis mil, cento e vinte reais) para o exercício de 2104 e **R\$ 12.240,00** para 2015.,

5.2 Os valores ora estabelecidos são estimados, podendo variar para mais ou para menos, não se caracterizando, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.3 Os acréscimos ou supressões eventualmente necessários ao ajustamento do presente serão formalizados por meio de Apostilamento.

5.4 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida mensalmente por **Unidade Penal**, nominal à **CONTRATANTE**, contendo a numeração das Notas Fiscais de Remessa, as quais serão certificadas pela Direção da unidade penal.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6 Será pago à **CONTRATADA** o valor correspondente ao quantitativo de litros de LPI efetivamente fornecidos (conforme romaneios atestados pelos responsáveis de cada ponto de recebimento) multiplicados pelo Valor Referencial, mensalmente informado pelo **CONSELEITE/PR**, de acordo com a qualidade do LCR adquirido de seus produtores fornecedores, conforme tipo de leite e tabela a seguir:

6.1 Cumprir à **SEAB** informar, com base nos laudos de conformidades mensais encaminhados pelo laboratório da **RBQL/APCBRH**, o Valor Referencial a ser utilizado em cada caso.

6.2 O preço a ser praticado entre a **CONTRATADA** e seus produtores/fornecedores pelo LCR, será igual ao Valor Referencial informado mensalmente pelas Resoluções do **CONSELEITE/PR** e acrescido/diminuído de acordo com o **Simulador** para o cálculo de Valores de Referência do leite conforme os requisitos de qualidade do LCR, levando-se em consideração sempre o primeiro decênio de cada mês.

6.3 A **CONTRATADA** é obrigada a respeitar o Valor Referencial informado pelo **CONSELEITE/PR**, vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação aos preços estabelecidos, sob a pena de:

6.3.1 Comprovada a venda de LPI (marca própria ou de terceiros) pela **CONTRATADA**, no mercado atacadista a preço inferior a 100% (cem por cento) do Valor Referencial informado pelo **CONSELEITE/PR**, será instaurado, pela **CTPLC**, procedimento administrativo para fins de

8



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

apurar a irregularidade o qual, assegurados a ampla defesa e o contraditório determinará o pagamento de igual valor à **CONTRATADA** (preço inferior), dentro do próprio mês.

6.3.2 Demonstrada a reincidência da venda de LPI (conforme item anterior) no mercado atacadista a **CONTRATADA** passará a receber pelo período de 3 (três) meses consecutivos o pagamento de todo o leite fornecido ao preço inferior ao Valor Referencial do **CONSELEITE/PR** praticado e denunciado.

6.3.3 Se durante o período apenado a **CONTRATADA** voltar a praticar no mercado atacadista a venda de LPI, a preço inferior a 100% (cem por cento) do Valor Referencial informado pelo **CONSELEITE/PR**, após o devido processo legal, poderá ser apenada com o descredenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7 O pagamento do leite fornecido às unidades penais no mês de referência será efetuado pela **CONTRATANTE**, até o dia 20 do mês seguinte.

7.1 Para fins de pagamento, a **CONTRATADA** deverá, até o 2º (segundo) dia útil do mês seguinte, apresentar à **CONTRATANTE**, além das certidões negativas de tributos junto ao Município sede da **CONTRATADA**, Estado do Paraná e União, também as de regularidade perante **INSS**, **FGTS**, Débitos Trabalhistas e ainda o que segue:

7.1.1 Segunda via da Nota Fiscal de Remessa, expedida para o ponto de recebimento no final de cada mês, contendo a numeração dos romaneios, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da unidade penal e mais: Identificação da unidade penal, Volume; Data; Horário; Assinatura e RG do responsável pelo transporte.

7.1.2 Nota Fiscal/Fatura emitida mensalmente por Unidade Penal, nominal à **CONTRATANTE**, contendo a numeração das Notas Fiscais de Remessa, as quais serão certificadas pela Direção da unidade penal;

7.1.3 Declaração de que efetuou o pagamento dos créditos aos produtores rurais que forneceram o produto para a **CONTRATADA** no mês anterior, conforme valores referenciais informados pelo **CONSELEITE/PR** de acordo com **ANEXO IV**.

7.1.4 A declaração do efetivo pagamento do mês anterior aos produtores deverá conter a quantidade de leite fornecida por cada qual e a observância dos valores referenciais informados pelo **CONSELEITE/PR**.

7.2 Deverão ser remetidas à **CONTRATANTE**, as segundas vias dos romaneios carimbados e assinados pelo Diretor da Unidade Penal, contemplando as seguintes informações:

- Identificação do ponto de recebimento, Volume; Data; Horário; Assinatura e RG do responsável pelo transporte.

7.2.1 Os romaneios serão emitidos em três vias, observando-se o que segue:

- A 1ª via permanecerá na unidade penal;

- A 2ª via será enviada à **CONTRATANTE**;

- A 3ª via do romaneio assinada será mantida em poder da **CONTRATADA** pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados da data de encerramento do exercício em que ocorrer a movimentação relativa à entrega do leite, para possíveis conciliações por auditores do Estado ou Tribunal de Contas do Estado.

7.3 O pagamento, já incluídos todos os ônus e encargos, independentemente de requerimento da **CONTRATADA**, será efetuado através de ordem bancária, após o devido encaminhamento da documentação, o consequente "atesto" da Nota Fiscal pelo Diretor da Unidade Penal e a confirmação, pela **SEAB**, quanto à aplicação dos critérios de remuneração pela qualidade, conforme Cláusula Sexta do presente contrato.

7.4 A **CONTRATADA** deverá fornecer a **CONTRATANTE** quando da celebração do contrato, os seguintes dados bancários: Nome do Banco; Número da Agência; e Número da Conta Corrente para pagamento.

7.5 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, sem que a empresa esteja em situação regular junto aos órgãos de fiscalização e enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

8



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua celebração, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que cumpridas as exigências do artigo 57, do Decreto nº 4507/2009.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9 Incumbe-se à **CONTRATANTE**, as seguintes obrigações:

9.1 Exercer a fiscalização da execução do **CONTRATO** por meio do Gestor a ser indicado no ato da contratação, em conformidade com o artigo 118, da Lei nº 15608/2007;

9.2 Proporcionar as condições necessárias a fim de que a **CONTRATADA** possa honrar o estabelecido no ajuste;

9.3 Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser expressamente solicitados pelo preposto da **CONTRATADA**;

9.4 Efetuar o pagamento das notas fiscais, nos termos e condições estabelecidas neste **CONTRATO**;

9.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do produto que estiver em desacordo com o controle de qualidade e demais determinações pertinentes previstas nesta avença;

9.6 Aplicar as sanções previstas para inobservância das condições deste contrato, bem como pela inexecução total ou parcial de seu objeto;

9.7 Reter créditos da **CONTRATADA** para fazer em face de prejuízos causados à **CONTRATANTE**, no limite desses prejuízos ou no valor de multa incidente, depois de assegurada a prévia e ampla defesa.

9.8 Instaurar procedimento administrativo para apuração das denúncias oriundas dos beneficiários do PLC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10 São obrigações da **CONTRATADA**:

10.1 Ser responsável, em relação aos seus empregados e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguro de acidente de trabalho;

10.2 Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar a terceiros destinatários ou não do objeto contratual, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

10.3 Manter, enquanto perdurar a vigência do e do contrato, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no concernente à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

10.4 Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, sendo-lhe proibida a subcontratação do processamento, fornecimento e distribuição do LPI por outra usina;

10.5 Cadastrar no sistema informatizado disponível no sítio da **SEAB**, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado da data de celebração do contrato, os dados referentes aos produtores fornecedores de leite, relacionados junto a Comissão de Credenciamento quando da entrega da documentação para sua pré-qualificação, quais sejam: o nome, o município de sua sede, a inscrição do cadastro de pessoa física junto ao Ministério da Fazenda (**CPFME** do produtor), o número da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – **DAP** (quando, assim, foi inscrito no **PLC**);

10.6 Atender às exigências relacionadas ao controle de qualidade **ANEXO III**;

10.7 Encaminhar mensalmente a declaração de pagamento de produtores fornecedores de **LCR** conforme (**ANEXO IV**);

10.8 Providenciar a confecção dos romaneios do **PLC**, necessários para o controle, transporte e circulação do produto até os pontos de recebimento, em gráfica, conforme modelo estabelecido no Regime Especial pertinente, emitido pela **SEFA**, caso a caso. O romaneio poderá ser dispensado na hipótese de a **CONTRATADA** emitir Notas Fiscais em regime

8



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

informatizado com a Receita Estadual;

10.9 Deverão constar nos romaneios, no mínimo as seguintes informações:

Identificação da unidade penal, Volume, Data, Horário e Assinatura e RG do responsável pelo transporte.

10.10 Observar rigorosamente os procedimentos dispostos nos Regimes Especiais no concernente às operações internas à emissão de romaneios. Realizar análises mensais, às suas expensas (custos das análises laboratoriais, caixa, gelo reciclado, transporte e outras que houver), no mínimo 03 (três) amostras por mês, de LPI fornecido ao PLC. As coletas serão realizadas pela Vigilância Sanitária, com a apreensão de 02 (duas) unidades amostrais/coleta para análises físico-químicas e microbiológicas, conforme orientação da SESA, e que serão encaminhadas ao laboratório regional indicado pela CEQL para verificação de:

Crioscopia, Fosfatase alcalina, Peroxidase, Pesquisa de coliformes a 30/35°C, Pesquisa de coliformes a 40/45°C e Salmonela spp.

10.11 Coletar 02 (duas) amostras mensais de LCR, por produtor, as quais deverão ser encaminhadas ao laboratório da RBQL/APCBRH/UFPR. Uma das amostras dará origem à análise de CBT e a outra para as provas de:

Proteínas, Matéria Gorda, CCS, Lactose e ESD.

10.12 Participar de todas as ações de apoio à melhoria da produção e da industrialização indicadas pelo PLC, inclusive aquelas destinadas ao seu RT.

10.13 Atualizar os dados cadastrais referentes aos produtores fornecedores de leite, sempre que houver alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESCISÕES

11 A inexecução total ou parcial do objeto poderá ensejar a rescisão contratual, atentando-se ao contido nos Artigos 128 a 131 da Lei Estadual Nº 15.608/07, naquilo que couber.

11.1 A rescisão poderá ainda ser efetivada se incidente um dos motivos abaixo estipulados:

11.1.1 Alteração social, contratual ou modificação de finalidade ou estrutura, na hipótese de o **CONTRATANTE** entender que prejudique a execução do contrato;

11.1.2 Caso seja constatado que a **CONTRATADA** esteja envolvida com protesto de títulos, execução fiscal e emissão de cheque sem a devida provisão de fundos ou outro fato que desabone ou comprometa a sua capacidade econômico-financeira ou caracterize a sua insolvência;

11.1.3 Se for descredenciada para o fornecimento e distribuição de leite para o PLC, ou declarada inidônea ou punida com proibição de licitar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

11.1.4 Se for anulado o credenciamento, a adjudicação e a contratação, em decorrência de violação de dispositivo legal ou normativo ou ainda por força de decisão judicial.

11.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a rescisão amigável, a qualquer tempo, devendo notificar a **CONTRATANTE**, 60 (sessenta) dias antes, permanecendo o compromisso de continuar com o fornecimento e a entrega de leite até o último dia do mês.

11.3 Caberá pedido de reconsideração, dirigido a autoridade superior da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato de rescisão do contrato, à exceção da rescisão amigável ou em cumprimento de ordem judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12 Pela inexecução total ou parcial, a **CONTRATANTE** poderá aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções:

12.1 **ADVERTÊNCIA**: a ser aplicada por conduta que prejudique ou venha a prejudicar a execução do contrato ou no caso de apresentação de documentação falsa, emissão de declaração falso-inverídica e/ou prática, a qualquer tempo, de fraude fiscal, sem prejuízo das demais sanções e providências legais que o caso requerer. A penalidade será aplicada por conduta que prejudique ou venha a prejudicar a execução do contrato;

12.1.1 Comprovada a venda de LPI (marca própria ou de terceiros) pela **CONTRATADA**, no mercado atacadista a preço inferior a 100% (cem por cento) do Valor Referencial Informado



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

pelo **CONSELEITE/PR**, será instaurado, pela **CTPLC**, procedimento administrativo para fins de apurar a irregularidade o qual, assegurados a ampla defesa e o contraditório determinará o pagamento de igual valor à **CONTRATADA** (preço inferior), dentro do próprio mês.

12.1.2 Demonstrada a reincidência da venda de **LPI** (conforme item anterior) no mercado atacadista a **CONTRATADA** infratora passará a receber pelo período de 3 (três) meses consecutivos o pagamento de todo o leite fornecido ao **PLC** ao preço inferior ao Valor Referencial do **CONSELEITE/PR** praticado e denunciado.

12.1.3 Se durante o período apenado a **CONTRATADA** voltar a praticar no mercado atacadista a venda de **LPI** (conforme item 14.4.1), a preço inferior a 100% (cem por cento) do Valor Referencial informado pelo **CONSELEITE/PR**, após o devido processo legal, poderá ser apenada com o descredenciamento/descontratação.

12.2 **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, nos casos de:

12.2.1 Descumprimento das obrigações contidas no Edital de Credenciamento, neste contrato e nas normas vigentes do **PLC**;

12.2.2 Prática de preço em desacordo com os valores referenciais informados pelo **CONSELEITE/PR**, respeitadas as condições previstas na Cláusula Sexta;

12.2.3 Descumprimento da logística de distribuição, conforme as normas do **PLC**, em município onde distribua o **LPI**;

12.2.4 Desatendimento as exigências referentes à documentação comprobatória do **PLC**;

12.2.5 Confirmação, após a devida apuração, as reclamações por parte dos pontos de recebimento do leite, no que é pertinente ao bom relacionamento com as pessoas envolvidas no processo de entrega do leite aos seus destinatários finais;

12.2.6 Comprometimento da qualidade do leite distribuído, contrariando as normas vigentes, ou o estabelecido no edital.

12.2.7 Deixar de efetuar tempestivamente o pagamento dos créditos relacionados aos produtores fornecedores de leite.

12.2.8 O prazo da suspensão temporária será de no mínimo 30 (trinta) dias e perdurará até que seja comprovada a solução das causas que deram origem a suspensão.

12.2.9 A suspensão temporária independe de advertência anterior.

12.3 **DESCRENCIAMENTO** do **PLC**, pelo prazo máximo de até 5 (cinco) anos, caso:

12.3.1 Ocorra a reincidência de uma das situações previstas, que tenha resultado em suspensão temporária;

12.3.2 Se no prazo de 60 (sessenta) dias não houver solução para o fato que motivou a suspensão, a **CONTRATADA** será descredenciada, com a consequente rescisão contratual, observando-se o devido processo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA SANÇÕES

13 Caberá a **CONTRATANTE**, por intermédio da **CTPLC**, instaurar o competente procedimento administrativo, para apurar as situações fáticas que poderão resultar em aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o qual será decidido definitivamente pela **CONTRATANTE**.

13.1 A **CONTRATADA** será notificada da abertura do procedimento administrativo para que, querendo, ofereça defesa e apresente provas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

13.2 Concluída a instrução processual, será proferida decisão pela autoridade máxima competente, sendo comunicada à **CONTRATADA** para eventual interposição de recurso, endereçado a **CONTRATANTE** no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data que tomar ciência da decisão.

13.3 Após a manifestação da **CTPLC**, na hipótese de ser mantida a decisão, as razões recursais subirão para apreciação da **CONTRATANTE**, que decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

S



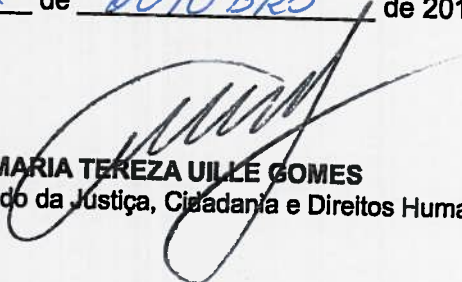
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"
PROTOCOLO Nº 13.029.957-1
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2014

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14 Para dirimir as questões oriundas do presente **CONTRATO**, as partes elegem o competente **FORO** da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de haverem entre si ajustado e contratado, é lavrado o presente **CONTRATO** que, depois de lido e analisado, é assinado pelas partes abaixo qualificadas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 06 de OUTUBRO de 2014.


MARIA TEREZA UILLE GOMES
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos


GILVAN MARCOS MALACARNE
G.M. Malacarne & Cia Ltda

TESTEMUNHAS:

NOME:

RG:

NOME:

RG:

NOTA DE EMPENHO - EMP

DATA: 01/10/2014

PEDIDO: 490000004001156 EMPENHO: 490000004001156

ORÇAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
UNIDADE : DEPARTAMENTO DE EXECUCAO PENAL - DEPEN
SUB-UNIDADE : DEPARTAMENTO PENITENCIARIO C.N.P.J DA UNIDADE: 40.245.920.0001-94
PROJ/ATIV. : GESTAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA
ADIANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / DIFERIDO : NAO
OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . :
UTILIZACAO.. : IMEDIATO FORMA LICITACAO : ISENTO NR. E. CRED: 001/14
TIPO LICITACAO : 5-NAO APLICAR
RES.SALDO .. : NAO CONVENIO : NAO
COND PAGTO.. : PRAZO ENTR:
D.D.F. : *** NAO INFORMADA
P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO NR. SID.... : NAO INFORMADO

CREDOR -

CODIGO : 9999946-9 CGC : 04800104000131 C/C BANCO 0001 AG. 0735 CONTA 0000032366-7
NOME : G M MALACARNE E CIA LTDA - ME
ENDERECO : MORENO 00000 ZONA RURAL FLOR DA SERRA
SERRANOPOLIS DO IGUAU CEP: 85085000 U.F.: PR

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORÇAMENTARIO

Table with 4 columns: DOTACAO ORÇAMENTARIA, SALDO ORÇAM. ANTERIOR, VALOR EMPENHADO, SALDO ORÇAM. ATUAL. Row 1: 49 03 0000 4183 0000 3390.3007 100, 0006, 12.895,56, 1.360,00, 11.535,56

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 1.360,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

HISTORICO : AQUIS DE LEITE P/OS DETENTOS EM TRATAMENTO DE SAUDE CENTRO DE REINTEGRACAO FEMININO-CRESF, CONTRATO 052/14-PROGRAMA AÇAO LEITE DO PR, PRO 13.029.957-1

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 10/09/2014 ORDENADOR DA DESPESA : 01746 - LEONILDO DE SOUZA GRUIA

Handwritten signature: Cpe
Elizângela Aparecida Cordeiro
CRC/PR 056934/O-9
Chefe do GFS/SEJU

CHEFE DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

NOTA DE EMPENHO - EMP

DATA: 01/10/2014

PEDIDO: 490000004001155 EMPENHO: 490000004001155-1

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

UNIDADE : DEPARTAMENTO DE EXECUCAO PENAL - DEPEN

SUB-UNIDADE : DEPARTAMENTO PENITENCIARIO

C.N.P.J DA UNIDADE: 40.245.920.0001-94

PROJ/ATIV. : GESTAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL

TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA

ADLANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / /

DIFERIDO : NAO

OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO

PREVISAO PGTO . :

UTILIZACAO.. : IMEDIATO

FORMA LICITACAO : ISENTO

N.: R CRED J01/14

TIPO LICITACAO : 5-NAO APLICAR

RES.SALDO .. : NAO

CONVENIO : NAO

COND PAGTO.. :

PRAZO ENTR:

D.D.F. : *** NAO INFORMADA

P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO

NR. SID... : NAO INFORMADO

CREDOR -

CODIGO : 9999946-9 CGC : 04800104000131 C/C BANCO 0001 AG. 0735 CONTA 0000032366-7

NOME : G M MALACARNE E CIA LTDA - ME

ENDERECO : MORENO 00000 ZONA RURAL FLOR DA SERRA
SERRANOPOLIS DO IGUAQU CEP: 85085000 U.F.: PR

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL
49 03 0000 4183 0000 3390.3007 100	0006	14.255,56	1.360,00
			12.895,56

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 1.360,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)

HISTORICO : AQUIS DE LEITE P/OS DETENTOS EM TRATAMENTO DE SAUDE CADEIA PUBLICA LAUDEMIR NEVES-CPLN, CONTRATO 052
/2014-PROGRAMA ACAO LEITE DO PR, PROC 13.029.957-1

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 10/09/2014

ORDENADOR DA DESPESA : 01746 - LEONILDO DE SOUZA GROTT

Elizângela Aparecida Cordeiro
CRC/PR 056934/O-9
Chefe do GFS/SEJU

CHEFE DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

NOTA DE EMPENHO - EMP

DATA: 01/10/2014

PEDIDO: 490000004001154 EMPENHO: 490000004001154-1

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
 UNIDADE : DEPARTAMENTO DE EXECUCAO PENAL - DEPEN
 SUB-UNIDADE : DEPARTAMENTO PENITENCIARIO C.N.P.J DA UNIDADE: 40.245.920.0001-94
 PROJ/ATIV. : GESTAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA
 ADIANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / DIFERIDO : NAO
 OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . :
 UTILIZACAO.. : IMEDIATO FORMA LICITACAO : ISENTO N.: 5 CRFD 001/14
 TIPO LICITACAO : 5-NAO APLICAR
 RES.SALDO .. : NAO CONVENIO : NAO
 COND PAGTO.. : PRAZO ENTR:
 D.D.F. : *** NAO INFORMADA NR. SID... : NAO INFORMADO
 P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO

CREADOR -

CODIGO : 9999946-9 CGC : 04800104000131 C/C BANCO 0001 AG. 0735 CONTA 0000032366-7
 NOME : G M MALACARNE E CIA LTDA - ME
 ENDERECO : MORENO 0000 ZONA RURAL FLOR DA SERRA
 SERRANOPOLIS DO IGUAU CEP: 85085000 U.F.: PR

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL
49 03 0000 4183 0000 3390.3007 100 0006	16.295,56	2.040,00	14.255,56

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 2.040,00 (DOIS MIL E QUARENTA REAIS)
 (.....)
 (.....)

HISTORICO : AQUIS DE LEITE P/OS DETENTOS EM TRATAMENTO DE SAUDE DA PEF II, CONTRATO N°052/2014-PROGRAMA ACAO
 LEITE DO PARANA, PROCC 13.029.957-1

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 10/09/2014 ORDENADOR DA DESPESA : 01746 - LEONILDO DE SOUZA GROTZ

EL
 Elizângela Aparecida Cordeiro
 CRC/PR 056934/O-9
 Chefe do GFS/SEJU

CHEFE DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL

NOTA DE EMPENHO - EMP

DATA: 01/10/2014

PEDIDO: 490000004001153 EMPENHO: 490000004001153-1

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
UNIDADE : DEPARTAMENTO DE EXECUCAO PENAL - DEPEN
SUB-UNIDADE : DEPARTAMENTO PENITENCIARIO C.N.P.J DA UNIDADE: 40.245.920.0001-94
PROJ/ATIV. : GESTAO DO SISTEMA PENITENCIARIO

CARACTERISTICAS - RECURSO : NORMAL TIPO EMPENHO .. : ESTIMATIVA
ADLANTAMENTO : NAO DATA-LIMITE : / / DIFERIDO : NAO
OBRA : NAO ESCRITURAL . : NAO PREVISAO PGTO . :
UTILIZACAO.. : IMEDIATO FORMA LICITACAO : ISENTO N.: E CRED 001/14
TIPO LICITACAO : 5-NAO APLICAR
RES.SALDO .. : NAO CONVENIO : NAO
COND PAGTO.. : PRAZO ENTR:
D.D.F. : *** NAO INFORMADA NR. SID... : NAO INFORMADO
P.A.D.V. ... : NAO INFORMADO

CREDOR -

CODIGO : 9999946-9 CGC : 04800104000131 C/C BANCO 0001 AG. 0735 CONTA 0000032366-7
NOME : G M MALACARNE E CIA LTDA - ME
ENDERECO : MORENO 00000 ZONA RURAL FLOR DA SERRA
SERRANOPOLIS DO IGUAQU CEP: 85085000 U.F.: PR

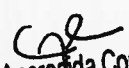
DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL	
49 03 0000 4183 0000 3390.3007 100	0006	17.655,56	1.360,00	16.295,56

VALOR TOTAL DO EMPENHO : 1.360,00 (UM MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS *****)
(*****)
(*****)

HISTORICO : AQUIS DE LEITE P/OS DETENTOS EM TRATAMENTO DE SAUDE DA DEF I, CONTRATO 052/2014-PROGRAMA ACAO LEITE DO PARANA, PROC 13.029.957-1

DATA AUTORIZACAO DESPESA : 10/09/2014 ORDENADOR DA DESPESA : 01746 - LEONILDO DE SOUZA GRUTA


Elizângela Aparecida Cordeiro
CRC/PR 056934/O-9
Chefe do GFS/SEJU

CHEFE DO GRUPO FINANCEIRO SETORIAL